



Quinta Câmara Cível

Embargos de Declaração nº 195236-9/02 - Recife (1ª Vara da Fazenda Pública)

Embargante: Companhia Energética de Pernambuco - CELPE

Embargada: Djalva Canuto de Araujo

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

3469

EMENTA PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS COM FINALIDADE DE PREQUESTIONAMENTO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO E CONTRADIÇÃO. REJEIÇÃO. O órgão julgador não está obrigado a acatar todos os argumentos do recorrente e, muito menos, forçado a analisar ponto a ponto suas alegações, bastando, para o ofício, decidir ou utilizar os fundamentos que entender suficientes para o deslinde da causa. Ausentes as hipóteses o art. 535 do CPC, não há como prosperar o inconformismo.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração supramencionados, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da **QUINTA CÂMARA CÍVEL** deste Tribunal, **UNANIMEMENTE**, em **REJEITÁ-LOS**, tudo em conformidade com a ementa e o voto em anexo, os quais passam a integrar este julgado.

Recife, 20 de janeiro de 2010.


Des. Jovaldo Nunes Gomes
Relator



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

171

Quinta Câmara Cível

Embargos de Declaração nº 195236-9/02 - Recife (1ª Vara da Fazenda Pública)

Embargante: Companhia Energética de Pernambuco - CELPE

Embargada: Djalva Canuto de Araujo

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

RELATÓRIO

Trata-se de Embargos de Declaração contra acórdão resultante do julgamento do Recurso de Agravo nº 195236-9/02, no qual figura como agravante a **Companhia Energética de Pernambuco - CELPE** e como agravada **Djalva Canuto de Araújo**.

Alegou o embargante que o acórdão foi omissivo, haja vista não ter considerado a legislação em vigor, a qual respaldaria a suspensão do fornecimento de energia elétrica.

Requeru o suprimimento da omissão no sentido de pronunciamento da matéria não apreciada para o fim de prequestionamento e eventual interposição de recursos para os tribunais superiores.

Pugnou pelo conhecimento e provimento dos aclaratórios

É o relatório.

Recife, 20 de janeiro de 2010.


Des. Jovaldo Nunes Gomes
Relator



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

172

Quinta Câmara Cível

Embargos de Declaração nº 195236-9/02 - Recife (1ª Vara da Fazenda

Embargante: Companhia Energética de Pernambuco - CELPE

Embargada: Djalva Canuto de Araujo

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

VOTO

O acórdão embargado está vazado nos seguintes termos (fls. 28 do Recurso de Agravo nº 195236-9/01):

“EMENTA: ENERGIA ELÉTRICA. ALEGAÇÃO DE DERIVAÇÃO CLANDESTINA. CORTE. ILEGALIDADE. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. PROCEDÊNCIA. APELAÇÃO. PROVIMENTO PARCIAL. REDUÇÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO. RECURSO DE AGRAVO. IMPROVIMENTO. DECISÃO UNÂNIME. Não é lícito à concessionária interromper o fornecimento de energia elétrica quando o consumidor não estiver declaradamente em débito com a fornecedora.”

Observo que os presentes aclaratórios possuem a nítida e confessada intenção de prequestionar os dispositivos legais indicados pelo embargante e não expressamente utilizados como razões de decidir na decisão embargada.

A simples leitura do acórdão impugnado, bem como do relatório e votos, os quais, ressalte-se, fazem parte do julgado, demonstra que as matérias ventiladas no apelo foram enfrentadas, não se podendo alegar a ocorrência de omissão no julgado.

Na terminativa por mim lançada no apelo, cujo conteúdo foi confirmado no julgamento do Recurso de Agravo, analisei, de forma detalhada a suposta legalidade do corte do fornecimento de energia elétrica como meio de coerção para recebimento de valores arbitrados unilateralmente, o que se pode ver às fls. 355/358 dos autos da Apelação Cível nº 195236-9.

Não houve, portanto, qualquer omissão no voto que pudesse justificar a interposição dos presentes aclaratórios.

Ademais, como é cediço, o órgão julgador não está obrigado a acatar todos os argumentos do recorrente e, muito menos, forçado a analisar ponto a ponto suas alegações, bastando, para o ofício, decidir ou utilizar os fundamentos que entender suficientes para o deslinde da causa.



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

173

STJ: Nesse sentido, veja-se o entendimento da 1ª Turma do


"O órgão judicial, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentários sobre todos os argumentos levantados pelas partes. Sua fundamentação pode ser sucinta, pronunciando-se acerca do motivo que, por si só, achou suficiente para a composição do litígio" (AI nº 169.073-SP-Ag Reg, Rel. Min. José Delgado. Primeira Turma. Julg. 04/06/98).

Por outro lado, se a decisão não fez justiça ao embargante, o recurso cabível para reformá-la é outro. Embargos declaratórios não se prestam para tal. Válida, nesse particular, a transcrição de julgado da lavra do Des. Jones Figueirêdo (ED nº 51828-7/01):

"Processual Civil. Embargos Declaratórios. Obscuridade, contradição e omissão. Inexistência. Rejeição. - Ao julgador impõe-se, tão-somente, deixar expressa a necessária fundamentação do decisório, dispensando-se-lhe de analisar a controvérsia sob o enfoque sustentado pelo embargante. - O órgão judicial não está obrigado a tecer considerações a respeito de todos os pontos levantados pelas partes; a fundamentação exigida pelo texto legal é, apenas, a que se referir aos elementos presentes na formação da convicção do juiz e suficientes para o desate da questão. Esta relatoria, contudo, analisou todos os pontos expostos, em nada se omitindo. - Os embargos declaratórios prestam-se a esclarecer, se existentes, omissões, obscuridades ou contradições no julgado, mas jamais para que este último se adapte ao entendimento do embargante. - Embargos rejeitados, à unanimidade de votos."

Assim sendo, não há omissões a serem sanadas, assim como também não vislumbro a ocorrência de qualquer uma das demais hipóteses do art. 535 do CPC, pelo que voto no sentido de **CONHECER** e **REJEITAR** os embargos opostos.

É como voto.


Jovaldo Nunes Gomes
Relator